

Indicadores de qualidade do ensino na reforma educacional paulista

Miguel Henrique RUSSO¹
Valéria ANDRADE SILVA²

Resumo: O texto discute os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola pública da rede estadual de São Paulo e que teve como objetivo identificar como se deu a apropriação, pelos professores, dos fundamentos da reforma do ensino promovida pelo governo Serra (2007-2010). No recorte feito para o estudo, os sujeitos foram os professores de Língua Portuguesa e o professor coordenador da unidade escolar. Como instrumentos para a coleta de dados foram utilizados a observação, a entrevista e a análise dos planos de ensino. Neste texto discutem-se, com base no discurso dos docentes, os impactos da reforma curricular na qualidade do ensino na unidade pesquisada, bem como do Programa de Qualidade da Escola e seus mecanismos de controle das reformas. Os dados sugerem que pouco, ou quase nada, se alterou na qualidade do ensino, apesar da falaciosa interpretação dos indicadores usados para revelar suas alterações. Os procedimentos utilizados para avaliar a qualidade realizam somente uma medição de variáveis arbitrariamente escolhidas que revelam a opção político-ideológica dos seus formuladores.

Palavras-chave: Reforma educacional; Política de Educação; Qualidade de ensino.

Introdução

O objetivo deste texto é discutir os resultados parciais de uma pesquisa realizada em 2010, em uma escola pública da rede estadual paulista, com foco no discurso dos professores sobre avaliação da aprendizagem e avaliação externa articuladas com a política de remuneração por desempenho. Aquela pesquisa que objetivou apreender como se deu a

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho. Email: mhrusso@uninove.br

² Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho. Doutoranda em Educação da Universidade Nove de Julho. Email: valeria.andrade@uninove.edu.br

apropriação e a objetivação do programa “São Paulo faz escola”, uma das ações centrais da reforma da educação em curso no Estado de São Paulo, teve como sujeitos os professores da disciplina de Língua Portuguesa do ciclo II do Ensino Fundamental de uma unidade escolar localizada em bairro da zona oeste da Capital e utilizou como instrumentos de coleta de dados a entrevista com aqueles professores e com o coordenador pedagógico e a análise dos Planos de Ensino da disciplina em questão.

Nosso pressuposto é o de que a ressignificação do currículo realizada pelos professores para orientar a sua prática decorre da modelação que se realiza por meio da apropriação dos pressupostos teóricos da Proposta Curricular, mediada pelo que entendemos serem seus mecanismos de controle (a estratégia de apresentação da Proposta Curricular aos professores; a padronização do material didático de apoio; o papel atribuído ao Professor Coordenador e a política de bônus articulada com a avaliação externa) e pelos condicionamentos escolares prefigurados pelo institucional, pela organização e pela cultura escolar, os quais determinarão as condições concretas de apropriação e objetivação do currículo prescrito.

Em 2007, sete meses após o início da gestão do governador José Serra, que naquele momento dava sequência ao quarto mandato consecutivo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no governo paulista, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE-SP, então dirigida pela Professora Maria Helena Guimarães de Castro, lançou uma proposta curricular para a rede estadual paulista por meio do programa “São Paulo faz escola” com o objetivo anunciado de mudar o perfil da rede e os indicadores da educação paulista, que se encontravam entre os piores do país. Em 2009, o ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza assumiu a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE-SP, dando continuidade aos projetos iniciados na gestão da ex-secretária.

O conjunto de metas e ações previsto para a implementação do programa “São Paulo faz escola” se refere à organização didática das unidades escolares, às atribuições das funções dos profissionais envolvidos no processo educativo e ao estabelecimento de procedimentos didático-pedagógicos de funcionamento das escolas e do currículo. A SEE-SP anunciou que assumia “a liderança na formulação dos currículos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e de todo o Ensino Médio visando aprimorar o trabalho pedagógico e docente na rede pública de ensino”.

Dentre as 10 metas do programa de ação do governo do Estado de São Paulo, destacamos aquela diretamente relacionada à avaliação externa, foco da análise deste texto:

5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais.

Das 10 ações da SEE-SP para dar suporte ao programa de reforma do governo duas delas estão diretamente relacionadas com a meta acima, são elas:

8. Sistemas de Avaliação

- Realização, no próximo mês de outubro, do SARESP 2007 com avaliação das seguintes séries:

- Ensino Fundamental (1a., 2a., 4a., 6a. e 8a. séries)

- Ensino Médio: 3a. série

- A avaliação externa das escolas estaduais (obrigatória) e municipais (por adesão) permitirá a comparação dos resultados do SARESP com as avaliações nacionais (SAEB e a Prova Brasil), e servirá como critério de acompanhamento das metas a serem atingidas pelas escolas.

- Participação de toda a rede na Prova Brasil (novembro de 2007).

- Realização de programas de capacitação da rede para a participação no SARESP e na Prova Brasil, em setembro de 2007.

- Capacitação dos professores para o uso dos resultados do SARESP no planejamento pedagógico das escolas em fevereiro de 2008.

- Divulgação dos resultados do SARESP 2007 para todas as escolas, professores, pais e alunos em março de 2008.

9. Gestão dos resultados e política de incentivos

- Implantação de incentivos à boa gestão escolar valorizando as equipes.

- O SARESP 2005 e as taxas de aprovação em 2006 serão a base das metas estabelecidas por escola.

- Também serão considerados indicadores como a assiduidade dos professores e a estabilidade das equipes nas escolas.

- Cada escola terá metas definidas a partir da sua realidade, e terá que melhorar em relação a ela mesma.

- As escolas com desempenho insuficiente terão apoio pedagógico intensivo e receberão incentivos especiais para melhorarem seu resultado.

- As equipes escolares que cumprirem as metas ganharão incentivos na remuneração dos profissionais.

Para consolidar a reforma anunciada, a SEE-SP apresentou o Programa “São Paulo faz escola” como uma das suas ações centrais ao estabelecer que “a proposta curricular para Ensino Fundamental II e Ensino Médio, base comum para todas as escolas, representa um importante passo na implantação das dez metas prioritárias pela SEE para melhoria na qualidade de ensino”. Por compor-se no programa de reforma curricular e introduzir nas práticas escolares algumas das idéias que merecem maior atenção e reflexão quanto aos resultados que produzirão na qualidade da educação, oferecida pela rede pública estadual de ensino de São Paulo, a maior rede pública de educação do país, aquele programa é o cerne da reforma e, assim, se constituiu no objeto da pesquisa aqui parcialmente discutida em um recorte que consideramos relevante para sua apreensão.

Outro programa importante para a análise dos dados discutidos neste texto é o Programa de Qualidade da Escola que veio se somar aos demais programas e projetos da reforma com a finalidade de estabelecer parâmetros indicativos dos avanços produzidos.

Uma questão que se apresenta para a discussão realizada neste texto é a apontada por Russo (2007), segundo quem

A definição de qualidade de ensino dependerá, sempre, dos referenciais adotados para sua construção e avaliação. Assim, qualidade de ensino não é algo absoluto que pode ser quantificado ou classificado como alguns atributos físicos da matéria. Qualidade é um constructo, isto é, uma categoria socialmente construída e que depende, assim, das opções axiológicas dos sujeitos com ela envolvidos. Além disso, ela se reporta tanto ao processo educacional quanto aos produtos desse processo (p. 75).

Os Indicadores de Qualidade

O Programa de Qualidade da Escola foi lançado em maio de 2008 pela SEE-SP, para avaliar anualmente cada escola da rede estadual paulista, por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), e propor metas para o aumento dos índices de qualidade do ensino. De acordo com a nota técnica da SEE-SP, o IDESP é um indicador composto por dois critérios de avaliação da qualidade da escola. De um lado, se mede o desempenho dos alunos nos exames do Sistema de Avaliação do

Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), que avalia quanto os alunos aprenderam das competências e habilidades requeridas para a sua série; e de outro, o fluxo escolar, que avalia se estes aprenderam dentro do período de tempo considerado ideal, um ano letivo.

Nesta mesma nota técnica, a SEE-SP apresenta as formas de cálculo do IDESP, do Índice de Cumprimento de Metas e do Adicional por Qualidade (IQ), que regem o pagamento do bônus por resultado. Nela se afirma que qualquer avanço no IDESP de um ano para o outro é bonificado, sendo esta gratificação proporcional a parcela cumprida da meta estabelecida para a escola.

Segundo o Caderno do Gestor, os resultados do SARESP, que fazem parte da composição do IDESP, são importantes indicadores da qualidade do ensino oferecido na unidade escolar e que o SARESP (avaliação estadual) permite a comparação de seus resultados com os obtidos no SAEB e Prova Brasil (avaliações nacionais), por se valer da mesma escala de medição de desempenho. Cabe lembrar que a partir de 2008 os níveis de desempenho passaram a ser interpretados à luz da Matriz de Referência do SARESP e do Novo Currículo do Estado de São Paulo.

A unificação do currículo é apresentada como o alicerce que permitiu a estruturação da avaliação em larga escala. A SEE-SP afirma no Caderno do Gestor que

Os objetivos de desempenho estão agora descritos, por meio de uma série de critérios do rendimento esperado, de forma a constituir a estrutura básica de um sistema de avaliação referenciado a esses critérios, que incentiva os professores a se concentrarem nas habilidades e nos processos estabelecidos, para que os alunos os desenvolvam (2009(a), p.52).

Acreditamos que problematizar as informações sobre os indicadores de desempenho da escola no IDESP pode contribuir para a caracterização e compreensão do contexto que permeia a prática docente e a fala dos professores de Língua Portuguesa da escola pesquisada sobre a política de incentivos que instituiu a remuneração por desempenho como um mecanismo de controle da reforma educacional em pauta.

No último resultado de desempenho divulgado do IDESP, referente ao ano de 2009, a unidade pesquisada cumpriu em 120%³ a meta estabelecida com base no resultado de 2008, elevando em 1 ponto seu indicador de qualidade. Os números publicados no Boletim da Escola de 2009, isoladamente, podem levar-nos a inferir que houve um aumento expressivo

³ O Índice de Cumprimento de Metas é limitado ao intervalo de 0% a 120% para fins de bonificação, segundo nota técnica do IDESP.

do índice de qualidade da unidade escolar ao final do segundo ano do programa “São Paulo faz escola” na rede estadual.

Entretanto, se considerarmos como ponto de partida, para a comparação, o IDESP de 2007, último realizado antes da implementação do programa “São Paulo faz escola”, verificamos que a variação deste indicador de qualidade cai de 1 para 0,39 pontos.

O mesmo ocorre com os indicadores de desempenho em Língua Portuguesa (baseados nos resultados do SARESP). De 2007 para 2008, há uma redução de mais de 70% no índice da disciplina que em 2009, mesmo com um aumento de quase 130% em relação ao ano anterior, ainda permaneceu menor que o alcançado no ano de 2007.

Dados da pesquisa

A unificação do currículo foi mencionada por todos os entrevistados quando perguntados sobre os princípios e fundamentos da Proposta Curricular. Um dos professores colocou que “a unificação com foco no desenvolvimento de habilidades e competências da proposta curricular vem a resolver uma questão de anos, de não haver nenhuma unificação dentro da rede pública estadual.” Outros assumiram uma postura mais idealista acreditando que “ter uma proposta que englobe todas as escolas do Estado de São Paulo em um ideal só, o de todas as séries estarem no mesmo nível”, pudesse se dar somente em função da padronização do currículo e da avaliação externa.

Agora eu tenho uma meta, uma trilha. Eu sei o que eu tenho que dar. Antigamente não, cada um dava... A gente fazia a nossa programação no começo do ano e ficava por isso. Agora não, porque os alunos serão cobrados. Você sabe o que você tem que fazer com o aluno. O que ele tem que aprender.

A avaliação externa apareceu igualmente em outras falas como um mecanismo de controle do conteúdo a ser trabalhado com os alunos: “o que cai no SARESP eu tenho procurado dar pra eles.”

A unificação do currículo também foi associada à qualidade do ensino, como bem ilustra a fala do Professor Coordenador, a quem coube a tarefa de disseminar e criar consensos sobre a Proposta:

[A Proposta Curricular] contribui para melhorar a qualidade do ensino porque ela norteou o Estado inteiro. Porque ela criou uma situação determinante: temos que trabalhar o conteúdo e o conteúdo tem que ser este, porque esse conteúdo desenvolve esta habilidade.

Já os problemas relacionados com a prática docente e com a qualidade do ensino que apareceram no conjunto das entrevistas podem ser sintetizados pela fala do professor mais experiente do grupo:

Hoje em dia eu acho que está muito falho, começando pela progressão continuada, porque para os alunos, se não tem uma nota que reprove, eu acho que eles vão se acomodando cada vez mais e desrespeitando os professores porque sabem que vão passar; [...] Do jeito que os alunos estão indo na parte de princípios morais, valores, disciplina e respeito deixa muito a desejar; [...] Porque hoje em dia os alunos não querem aprender porque eles sabem que passarão do mesmo jeito, então a gente procura dar o melhor da gente e esperar que a vida seleccione; [...] Eu não sei o que acontece, também é muito importante a educação que a família dá. Eles já deveriam vir para a escola com esta educação.

E é neste contexto que os docentes buscam se apropriar do conceito de avaliação processual, presente na Proposta e que passa a fazer parte dos Planos de Ensino da disciplina a partir de 2009, substituindo a redação anterior de avaliação com função diagnóstica e classificatória.

Sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos, encontramos posicionamentos semelhantes entre os professores, que atestam ter havido uma significativa mudança em suas práticas: “Antigamente você dava prova, zerou, zerou. Agora não você tem outras formas de avaliar o aluno. Várias. E a avaliação é contínua, não só no final do bimestre.” Outro coloca: “Agora bimestralmente eu tenho pasta dos alunos, para saber como eles estavam e, em alguns casos, agora nós fomos guardar as atividades dos alunos que tiveram nota baixa para acompanhar esse aluno, ver se ele evoluiu ou não”.

Reafirmando este posicionamento, encontramos ainda na fala de outros docentes um maior detalhamento sobre o modo de avaliar seus alunos:

Eu avalio todos os dias, eu vejo quem fez e quem não fez, [...] pergunto o que eles entenderam do texto, faço provas também, tem que fazer uma avaliação, faço prova de leitura, trabalhos em grupo, pra ver se pega pelo menos um pouco..., porque se você for dar prova escrita já viu. Então eu faço um apanhado e avalio o aluno no dia-a-dia. Prof. D

E eu geralmente procuro trabalhar também em grupo, pelo menos um trabalho em grupo. E também trabalho com eles, também avalio nas atividades do dia-a-dia. Sempre estou observando quem faz, quem participa, mesmo que não vá bem, mas que tenha interesse, eu avalio isso. Prof. B

As perguntas sobre a avaliação externa e a política de bônus revelaram dois pontos importantes. O primeiro se refere ao número de faltas dos professores: “Acho que o bônus interfere nas faltas sim. Porque os professores agora não faltam por conta desse bendito bônus. Os outros professores pegam no pé, né.”

Eu nunca fui de faltar. Alguns sim, mas tem professores que eu conheço que a pessoa que é descompromissada ela não se compromete por causa de bônus. [...] mas eu acho que as faltas têm diminuído sim em alguns casos.

O outro ponto é o descontentamento com esta política de remuneração por desempenho que se justifica por diferentes razões:

Essa eu acho que é a pior que tem, a política de bônus. Porque não se pode comparar uma instituição que tem compromisso de formação de cidadãos com uma indústria que tem que colocar produtos no mercado e com qualidade. Aqui nós estamos falando de seres humanos. [...] agora quanto ao bônus, nós nunca sabemos, isso é uma caixinha de surpresas porque vai depender sempre do alunado, da família, do apoio, nos lugares [escolas] as pessoas são diferentes e a gente não sabe. Prof. A

E muito menos [o SARESP] avalia o professor porque não depende só do professor. E me desculpe, mas o professor não é um santo que faz milagre porque os alunos se não querem o professor não tem como. E hoje tá assim, né? Prof. B

Eu acho que a gente deveria ter um salário melhor, por que não é assim que avalia o professor. Você vai avaliar o professor pela prova do aluno? Acho que não é por aí. Prof. C

Eu sempre recebo o bônus, mas eu sou contra. Eu acho que o salário tem que vir no nosso pagamento. E não ficar dando um prêmio. Porque depois também quando você se aposenta, isso aí cai fora [...] então não tá certo. Prof. D

Eu não acredito neste sistema de bônus. Eu acho até uma corrupção, sabe. Porque se o governo desse um pagamento justo para cada professor, não precisaria haver isto. Prof. E

Discussão dos resultados

Os dados da pesquisa revelaram que, para os professores, a padronização do material didático praticamente naturalizou a aceitação e a implementação da proposta, tendo sido apropriada pela escola como uma necessidade de unificação do currículo na rede pública de ensino. Considerando a intenção da SEE-SP de criar consensos sobre os pontos teóricos da proposta curricular, com relação à unificação do currículo esse objetivo foi seguramente atingido, ainda que por uma compreensão equivocada do seu sentido e significado por parte dos docentes, na medida em que aceitam a unificação e padronização curricular como uma estratégia de superação do quadro de total inexistência de um projeto pedagógico para a rede escolar e das condições gerais de trabalho que dificultam a construção coletiva de projetos político-pedagógicos pelas unidades escolares, o que configura um ato de astúcia política dos professores diante da imposição autoritária de uma reforma para a qual não foram ouvidos.

A prescrição de um currículo único e padronizado foi apropriada pelos professores de Língua Portuguesa da escola pesquisada como um guia necessário para o controle do conteúdo a ser trabalhado pelos docentes daquela disciplina e que, na concepção dos entrevistados, seria esta a maior contribuição desta reforma para melhorar a qualidade do ensino na rede estadual paulista.

Os problemas relacionados com a prática docente e com a qualidade do ensino apareceram, nas entrevistas com os professores de Língua Portuguesa, sempre referenciados aos alunos. As falas dos professores refletem, em geral, uma busca por culpados pelos problemas que eles enfrentam no cotidiano da escola, ora como consequência de comportamento indisciplinado, ora em consequência da progressão continuada, ora pelo não cumprimento do seu papel pela família, mas sempre, de algum modo, atribuindo responsabilidades ao aluno.

Pudemos perceber, a partir dos dados, que a mencionada política interfere diretamente na presença dos professores, que passaram a se preocupar com o número de faltas suas e de seus colegas. Os professores ensinam tendo a prova do SARESP como parâmetro do que os alunos precisam aprender, mas acreditam que o desempenho do aluno na prova está mais relacionado com as questões de indisciplinada, de falta de valores morais e de apoio dos familiares.

Destacamos na fala dos professores o descontentamento em relação à política de remuneração por desempenho, o bônus, que é pago aos docentes das unidades que atingirem parcial ou integralmente as metas estabelecidas pelo IDESP.

Em primeiro lugar, os professores acreditam que precisam ser mais bem remunerados, alegam que o bônus, em não compondo o salário e sendo imprevisível, não realiza esta função. Alguns claramente compreendem a política de remuneração por desempenho como desumanizadora das relações sociais da escola.

Em segundo lugar, os professores discordam dos critérios de avaliação do seu desempenho, afirmando que os resultados dependem dos alunos e não deles. O trabalho docente, ou o ensino em sala de aula aparece desvinculado da aprendizagem dos alunos nas falas dos professores que acreditam que o bônus seja “uma caixinha de surpresas”.

As políticas de remuneração por desempenho, de acordo com Ball (1994), permitem o controle e monitoramento pelas instâncias político-administrativas da prática dos professores e das escolas ao compará-la ao desempenho do aluno. Outro ponto importante que o autor nos revela sobre essa modalidade de incentivos, é a tendência de desumanização e despersonalização do professor que passa a ser um executor de tarefas.

A finalidade da avaliação, segundo a Proposta, é auxiliar o professor na sua reflexão sobre os aspectos que precisam ser repensados ou planejados para sua próxima aula. Os Cadernos do Professor de Língua Portuguesa propõem a verificação das competências e das habilidades em um processo contínuo de avaliação, no desenvolvimento das atividades, na participação e na produção dos alunos e em uma avaliação pontual.

Para esta avaliação pontual recomenda-se uma prova individual ou qualquer outro instrumento de eleição do professor, mas os Cadernos apresentam uma sugestão pronta de prova para o respectivo bimestre, com textos, perguntas de múltipla escolha e dissertativas para serem usadas pelos docentes na avaliação da aprendizagem dos alunos.

Entretanto, um ponto bastante confuso para os professores é a diferenciação de avaliação processual de prova individual. Nas falas, fica evidente a dúvida com relação à aplicação de provas individuais: alguns acreditam que não se possa dar prova individual, só em grupo, ou que só podem aplicar para nota individualmente trabalhos e não provas.

Um exemplo disto é a significação que a proposta de avaliação processual adquiriu no contexto da sala de aula, revelada no relato dos professores sobre suas práticas avaliativas. Os professores afirmam fazer a verificação sistemática da produção continuada de seus alunos e da participação destes nas atividades, porém não realizam registros das dificuldades ou dos

progressos na aprendizagem dos alunos. Na prática, o que ocorre é apenas a verificação do cumprimento ou não das tarefas solicitadas.

Constatamos que ainda permanece a concepção de avaliação pontual e classificatória, mesmo que se afirme estar avaliando processualmente, a prática relatada se revela pontual, quer por provas ou trabalhos, individuais ou em grupos. O que se tem posto em prática na verdade se revela como um aumento da frequência de avaliações pontuais com o objetivo de proporcionar mais oportunidades para que os alunos acumulem notas (baseada em uma norma pré-estabelecida).

Com tudo isso, a avaliação, como instrumento de reflexão sobre o planejamento da prática ou da recuperação continuada da aprendizagem, se perde na concepção de aprovação automática dada pelos professores para a progressão continuada.

Considerações finais

Como se pode apreender a questão central deste texto é o relato e a discussão dos impactos da reforma da educação na rede estadual de São Paulo, promovida pelo governo Serra (2007-2010), sobre a qualidade do ensino nas unidades escolares. A questão da qualidade do ensino é o cerne da reforma que no seu conjunto estabeleceu metas e ações com vistas a melhorar os índices de qualidade resultantes dos instrumentos utilizados para sua apuração.

Com essa perspectiva o Plano de Ação do governo articulou uma reforma curricular através do “Programa São Paulo faz escola” com o “Programa de Qualidade da Escola” para produzir resultados numéricos indicativos da melhoria da qualidade de ensino. A concepção de qualidade que permeou todo o processo de implantação da reforma se revela bastante questionável na medida que se restringe à avaliação do aproveitamento escolar dos alunos relativo a um conjunto de conteúdos previamente estabelecidos e apresentados a professores e alunos de forma autoritária e fechada, ou seja, o currículo único para todas as escolas da rede escolar apresentado sob a forma de material didático se impôs como obrigatório na medida em que a avaliação externa realizada pelo SARESP seria feita a partir daquele material, sendo seu resultado um fator de peso na fixação do valor do bônus pago anualmente a todos os servidores da escola.

Como se conclui qualidade de ensino é, nesse caso, reduzida à aprendizagem de conteúdos em quantidade e qualidade definidos pela administração da rede escolar e

entendida como um índice matemático que expressa uma determinada concepção operacional de variáveis culturais e sociais misturadas a variáveis organizacionais e funcionais. Esta concepção simplificadora reforça a afirmação de Russo (2007) segundo a qual

A perseguição do objetivo de melhoria da qualidade da educação em geral, e da pública em especial, tem mobilizado esforços teóricos e práticos com resultados nem sempre satisfatórios. Em muitos casos tais esforços são realizados isoladamente ou desarticulados de outros fatores. O que essas experiências e tentativas revelam é que o fenômeno educativo é muito mais complexo do que os pressupostos das políticas educacionais formuladas pelos governos. (p. 72)

De fato, há na prática instituída pela reforma em pauta uma questão metodológica que é a inadequação de utilizar indicadores que refletem aspectos parciais do processo educativo, assim como estabelecer comparações desses indicadores relativos a contextos diferentes já que produzidos em condições culturais distintas.

A utilização de um mesmo instrumento de avaliação para a diversidade escolar de uma rede de ensino, que sofre o problema do gigantismo, é outra inadequação metodológica na medida que se transforma em um simples procedimento de medição de variáveis escolhidas e adotadas sem levar em conta as especificidades contextuais de cada escola. Isto significa que o instrumento utilizado, no caso a prova do SARESP, se impõe como coletor de respostas a perguntas que não foram ouvidas por quem responde, ou seja, é um instrumento que não reflete e nem expressa a realidade do processo escolar, tampouco chega a influir na prática. Não é o que se conhece como avaliação, é só uma medição de variáveis arbitrariamente escolhidas que revelam a opção político-ideológica dos seus formuladores.

Sobre a interferência da orientação político-ideológica e dos valores dos agentes da educação sobre sua concepção de qualidade de ensino, assim se manifestou Russo (2007):

Grosso modo, a concepção de qualidade de ensino leva em conta a opção político-ideológica e os valores dos sujeitos da sua prática, ou seja, das finalidades que eles atribuem à educação escolar. Para aqueles que atribuem à escola um papel de reprodução da sociedade a qualidade estará estreitamente vinculada a um ensino conteudista, tradicional, voltado para preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho, em síntese com a finalidade de preservação dos valores dominantes e do *status quo*, enquanto que para aqueles que concebem a escola como instituição que pode contribuir para a transformação social a qualidade está associada à formação de sujeitos históricos capazes de atuar com vistas a superação da sociedade

de classes, isto é, a qualidade é determinada pela formação do ser social, visto na sua dimensão ontológica. (p. 80)

Além disso, os indicadores de qualidade de ensino são, em geral, aqueles utilizados para atender às exigências das agências multilaterais de financiamento que têm interesse nesses dados especialmente para reforçar e dar credibilidade aos programas de ajuste que elas defendem. Esses indicadores de qualidade de ensino são elaborados para responder às demandas dos países centrais do sistema capitalista e, muitas vezes, estendidos mecanicamente aos países da periferia sem qualquer adequação. Em função disso, é preciso pensar a questão dos indicadores da qualidade de ensino, no Brasil, a partir do seu contexto específico de permanente crise do Estado. Sobre essa questão, afirma Russo (2007) que

São por demais conhecidas as nossas condições históricas de crise econômica e social. No setor educacional a crise é permanente na medida em que falta-nos um projeto de sociedade que tenha a educação como fator central da sua concepção e vista como meio de emancipação do homem e de superação da barbárie em que se transformou o capitalismo. Numa dimensão mais pragmática pode-se dizer que falta vontade política para superar os inúmeros problemas existentes. Assim, é preciso aprofundar a reflexão sobre os desafios que se impõe à educação brasileira e se apresentam restritivos à melhoria da qualidade do ensino. (p.85)

Por fim, pode-se concluir que a melhoria da qualidade de ensino na rede estadual de escolas, anunciada pelo governo do Estado de São Paulo, com base nos resultados dos instrumentos utilizados é, no mínimo, questionável ou mesmo falsa porque eivada de equívocos e porque não se sustenta quando submetida a uma análise crítica como revelaram os dados da pesquisa ora relatada.

Referências

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham, UK: Open University Press, 1994.

SÃO PAULO. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa**. FINI, Maria Inês (coord.). São Paulo: SEE, 2008(a).

_____. **Caderno do Gestor.** Gestão do currículo na escola. vol. 1. MURRIE, Zuleika de Felice. São Paulo: SEE, 2008(b).

_____. **Caderno do Gestor.** Gestão do currículo na escola. vol. 2. MURRIE, Zuleika de Felice. São Paulo: SEE, 2009(a).

_____. **Caderno do Professor:** Língua Portuguesa, Ensino fundamental – 5ª a 8ª série. vol. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: SEE, 2009(b).

_____. **Caderno do Aluno:** Língua Portuguesa, Ensino fundamental – 5ª a 8ª série. vol. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: SEE, 2009(c).

RUSSO, Miguel Henrique. Contribuições da administração escolar para a melhoria da qualidade do ensino. Em: BAUER, Carlos [et al.]. **Políticas educacionais e discursos pedagógicos.** Brasília: Líber Livro, 2007.